

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2007

O Programa do Governo consagrou a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País. Com esse objectivo, no domínio da reorganização estrutural da Administração, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado — PRACE, com concretização maior na Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de Março.

Estabelecido o enquadramento estratégico, a avaliação organizacional simultânea da macroestrutura de todos os ministérios foi concretizada pela análise e pela avaliação das suas atribuições, competências e estruturas administrativas e dos seus recursos financeiros e humanos, que culminou com a publicação das leis orgânicas dos ministérios.

A lei orgânica do Ministério da Administração Interna foi publicada pelo Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, e determinou a extinção do STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral), integrando-o na Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI), que está vocacionada para o apoio à elaboração da política de administração interna, ao estudo e recolha de elementos de base doutrinária necessários à decisão política, ao estudo e planeamento estratégico e de política legislativa e à condução da administração eleitoral e às relações internacionais do Ministério.

A integração do STAPE na DGAI foi decidida tendo em conta que o futuro modelo de recenseamento, mais simplificado para os cidadãos e para os serviços, não exigirá a mesma estrutura administrativa.

Todavia, até à entrada em vigor do novo regime, é imperativo assegurar quer a continuidade do actual recenseamento eleitoral quer a preparação legislativa e técnica do novo. Dado o carácter transitório da missão, e a sua transversalidade, não faz sentido que ela seja assegurada por uma estrutura permanente criada no seio da DGAI.

O programa do XVI Governo Constitucional apresenta como um dos principais objectivos, enquadrado na necessidade de mobilizar Portugal para a sociedade da informação, o lançamento do cartão de cidadão que permita proporcionar, entre outras, as informações de identificação civil e de eleitor.

É intenção do Governo, conforme se refere na proposta de Orçamento para 2007, proceder à revisão do regime de recenseamento, tornando-o em geral oficioso a partir da base de dados da identificação civil, e integrando-o no cartão de cidadão.

A concepção e o desenvolvimento das medidas necessárias à garantia de funcionamento da actual metodologia de recenseamento eleitoral e a sua evolução para um novo enquadramento que permita evitar a burocracia e actos inúteis envolve e exige a colaboração e cooperação entre diferentes entidades, nomeadamente a DGAI, a Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa (UCMA), a UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P., a AMA — Agência para a Modernização Administrativa, o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), a Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portu-

gueses no Estrangeiro (COREPE) e a Unidade de Gestão da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI).

As atribuições decorrentes do processo de estudo, planeamento e implementação de um novo enquadramento do recenseamento eleitoral exigem uma estrutura que assegure a gestão dos meios técnicos necessários ao processo de adaptação do actual sistema de informação às novas metodologias, tornando-se necessário erigir uma estrutura autónoma para este processo de transição:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Criar a Unidade de Missão para o Recenseamento Eleitoral (UMRE).

2 — Determinar que compete à estrutura de missão:

a) Promover, em estreita articulação com a Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI), as acções que permitam assegurar a manutenção da actualização da base de dados do recenseamento eleitoral (BDRE); nos termos da actual Lei do Recenseamento Eleitoral, com o início da implementação do projecto do cartão de cidadão;

b) Acompanhar e colaborar na elaboração do anteprojecto relativo ao novo enquadramento legislativo do recenseamento eleitoral;

c) Promover a articulação das entidades intervenientes com vista a definir e implementar os mecanismos resultantes do novo enquadramento legal do recenseamento eleitoral;

d) Coordenar as acções de adaptação do Sistema de Informação do Recenseamento Eleitoral/BDRE ao novo enquadramento jurídico e funcional;

e) Apoiar e acompanhar tecnicamente a definição e implementação do novo Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral (SIGRE) a ser assegurado pela DGAI.

3 — Atribuir à DGAI a competência para assegurar o apoio técnico e logístico à estrutura de missão.

4 — Definir como prazo de duração da estrutura de missão aquele que corresponder ao período necessário à implementação do SIGRE baseado na nova metodologia a ser legalmente regulamentada, não podendo exceder os 18 meses.

5 — Ser a estrutura de missão dirigida por um gestor, ao qual é atribuído o estatuto remuneratório correspondente a cargo de direcção superior de 2.º grau, sendo os respectivos encargos orçamentais suportados pelo orçamento da DGAI, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

6 — Nomear para gestor da estrutura de missão o Dr. Jorge Manuel Pereira da Silva, sendo a restante equipa da estrutura de missão assegurada nos termos do n.º 3 da presente resolução.

7 — Determinar que a UMRE deve iniciar as suas funções após a entrada em vigor, e até 60 dias após a publicação, do decreto-lei que aprova a orgânica da DGAI.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Declaração de Rectificação n.º 24/2007

Segundo comunicação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, não foi publicada a 4.ª folha do anexo I à Portaria n.º 208/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2007,

cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, pelo que se procede à republicação na íntegra do modelo anexo I:

| | | | | | |
|---|------------|--|--|--------------------------------------|-----------------------|
| IES | | 01 IES-INFORMAÇÃO EMPRESARIAL SIMPLIFICADA (SUJEITOS PASSIVOS DE IRS COM CONTABILIDADE ORGANIZADA) | | IRS | |
| DECLARAÇÃO ANUAL | | 02 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO FISCAL DO SUJEITO PASSIVO | | 03 ANO | |
| | | | | 04 ANO | |
| ANEXO I | | | | | |
| 04 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | | | | | |
| NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE | | | NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE | | |
| Sujeito passivo A | | | Sujeito passivo B | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO | | | | | |
| NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE | | | NIPC (EMPRESÁRIO) | | |
| Este anexo respeita à actividade de herança indivisa? SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> | | | | | |
| Se assinou SIM, não preencha o campo 04 deste quadro | | | | | |
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | | | | | |
| CÓDIGO DAS CONTAS | POC | Descrição | 1101 | 1102 | 1103 |
| 71 | | Vendas de mercadorias | - | - | - |
| 72 | | Vendas de produtos | - | - | - |
| 73 | | Prestações de serviços | - | - | - |
| 74 | | SOMA (1101 + 1102 + 1103) | - | - | - |
| 75 | | Variação da produção (a) | - | - | - |
| 76 | | Provetos suplementares | - | - | - |
| 77 | | Subsídios à exploração | - | - | - |
| 78 | | Trabalhos para a própria empresa | - | - | - |
| 79 | | Outros provetos e ganhos operacionais | - | - | - |
| 80 | | Reversões de amortizações e provistos | - | - | - |
| 81 | | Provetos e ganhos financeiros | - | - | - |
| 82 | | Provetos e ganhos extraordinários | - | - | - |
| 83 | | TOTAL DOS PROVEITOS (1104 + ... + 1111 + 1130) | - | - | - |
| 84 | | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | - | - | - |
| 85 | | Fornecimentos e serviços externos | - | - | - |
| 86 | | Impostos | - | - | - |
| 87 | | Custos com o pessoal | - | - | - |
| 88 | | Outros custos e perdas operacionais | - | - | - |
| 89 | | Amortizações e ajustamentos do exercício | - | - | - |
| 90 | | Provisões do exercício | - | - | - |
| 91 | | Custos e perdas financeiros | - | - | - |
| 92 | | Custos e perdas extraordinárias | - | - | - |
| 93 | | TOTAL DOS CUSTOS (1113 a 1121) | - | - | - |
| 94 | | Imposto sobre o rendimento do exercício (a) | - | - | - |
| 95 | | RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (a) (1112 - 1122 - 1123) | - | - | - |
| (a) - Se negativo, inscrever o valor com o respectivo sinal. | | | | | |
| CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS | | | | | |
| | | MERCADORIAS | MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO | | |
| 1 | | Existências iniciais | 1125 | 1130 | - |
| 2 | | Compras (b) | 1126 | 1131 | - |
| 3 | | Regularização de existências (a) | 1127 | 1132 | - |
| 4 | | Existências finais | 1128 | 1133 | - |
| 5 | | CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (a) = Se negativo, inscrever o valor com o respectivo sinal. (b) - Inclui direitos aduaneiros, IVA não dedutível e demais despesas adicionais de compras, tais como seguros e fretes. | 1129 | 1134 | - |
| VARIACÃO DA PRODUÇÃO | | | | | |
| | | PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS | SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS | PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO | |
| 1 | | Existências finais | 1201 | 1205 | 1209 |
| 2 | | Regularização de existências (a) | 1202 | 1206 | 1210 |
| 3 | | Existências iniciais | 1203 | 1207 | 1211 |
| 4 | | VARIACÃO DA PRODUÇÃO (a) (1 + 2 - 3) | 1204 | 1208 | 1212 |
| (a) - Se negativo, inscrever o valor com o respectivo sinal. | | | | | |
| BALANÇO | | | | | |
| CÓDIGO DAS CONTAS | POC | Descrição | ACTIVO BRUTO | AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS | ACTIVO LÍQUIDO |
| 43 + 441/6 + 449 | | Imobilizações incorpóreas | 1213 | 1221 | 1228 |
| 42 + 441/6 + 448 | | Imobilizações corpóreas | 1214 | 1222 | 1229 |
| 41 + 441/6 + 447 | | Investimentos financeiros | 1215 | 1223 | 1230 |
| 32 a 37 | | Existências | 1216 | 1224 | 1231 |
| 21 + 22 + 24 + 25 + 26 | | Dividas de terceiros: Médio e longo prazo | 1217 | 1225 | 1232 |
| | | Curto prazo | 1218 | 1226 | 1233 |
| 15 + 18 | | Títulos negociáveis | 1219 | 1227 | 1234 |
| 11 a 14 | | Depósitos bancários e caixa | 1220 | 1228 | 1235 |
| 27 | | Acrescimos e diferimentos | 1221 | 1229 | 1236 |
| | | TOTAL DO ACTIVO (1228 a 1236) | 1237 | 1240 | 1243 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | | | |
| 51 | | Capital (a) | 1238 | - | 1238 |
| 56 | | Reservas de reavaliação | 1239 | - | 1239 |
| 57 | | Outras reservas | 1240 | - | 1240 |
| 88 | | Resultado líquido do exercício (a) | 1241 | - | 1241 |
| | | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO (1238 a 1241) | 1242 | - | 1242 |
| PASSIVO | | | | | |
| 29 | | Provisões | 1243 | - | 1243 |
| 219 + 22 + 23 + 24 + 25 + 26 | | Dividas de terceiros: Médio e longo prazo | 1244 | - | 1244 |
| | | Curto prazo | 1245 | - | 1245 |
| 27 | | Acrescimos e diferimentos | 1246 | - | 1246 |
| | | TOTAL DO PASSIVO (1243 a 1246) | 1247 | - | 1247 |
| | | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO (1242 + 1247) | 1248 | - | 1248 |
| (a) - Se negativo, inscrever o valor com o respectivo sinal. | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---------------------|----------------|--|-----------------------|---------------------|--|---|------|
| 09 OPERAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS E/OU ENTIDADES SUJEITAS A REGIME FISCAL PRIVILEGIADO | | | | | | | | | | |
| Natureza da Operação | OPERAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS (Território Nacional) | | | | OPERAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL | | | | OPERAÇÕES COM ENTIDADES SUJEITAS A REGIME FISCAL PRIVILEGIADO | |
| | N.º de Identificação Fiscal | | Natureza da Relação | | N.º de Identificação Fiscal | | Natureza da Relação | | | |
| | 1301 | 1370 | 1302 | 1371 | 1372 | 1373 | 1374 | 1375 | 1376 | 1377 |
| 1-Vendas e Prestação de Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2-Prestação de Serviços Intragrupo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3-Provetos Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 4-Compras e aquisições de activos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 5-Aquisição de Serviços Intragrupo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6-Activos de Parilha de Custos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 7-Activos Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1 - A documentação relativa aos preços de transferência praticados encontra-se organizada? SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> DISPENSADO <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| 2 - Se realizou operações com "Entidades sujeitas a regime fiscal privilegiado" indique os territórios onde as mesmas têm residência. | | | | | | | | | | |
| | 1379 | 1380 | 1381 | 1382 | 1383 | 1384 | 1385 | 1386 | 1387 | 1388 |
| 10 RENDIMENTOS AUFERIDOS NO EXERCÍCIO DE UMA ACTIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR CONTA PRÓPRIA | | | | | | | | | | |
| C A E - REV. 2 | | ACTIVIDADE CONSTANTE DA TABELA DA PORTARIA N.º 1/01, 21/08/01 | | | | RENDIMENTOS ILÍQUIDOS | | RETENÇÕES NA FONTE | | |
| Art. 3.º, n.º 1, al. b) do CIRS | | Código | | Designação | | | | | | |
| 1341 | 1342 | 1343 | 1344 | 1345 | 1346 | 1349 | 1350 | 1351 | 1352 | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Art. 3.º, n.º 1, al. c), do CIRS | | | | | | | | | | |
| 1347 | 1348 | 1349 | 1350 | 1351 | 1352 | 1353 | 1354 | 1355 | 1356 | |
| 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Art. 3.º, n.º 2, al. d) a) i) do CIRS | | | | | | | | | | |
| 1357 | 1358 | 1359 | 1360 | 1361 | 1362 | 1363 | 1364 | 1365 | 1366 | |
| 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 11 DISCRIMINAÇÃO POR ACTIVIDADES | | | | | | | | | | |
| Actividades Profissionais, Comerciais e Industriais | | | | | Actividades Agrícolas, Silvícolas e Pecuárias | | | | | |
| 1367 | 1368 | 1369 | 1370 | 1371 | 1372 | 1373 | 1374 | 1375 | 1376 | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 1377 | 1378 | 1379 | 1380 | 1381 | 1382 | 1383 | 1384 | 1385 | 1386 | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 1387 | 1388 | 1389 | 1390 | 1391 | 1392 | 1393 | 1394 | 1395 | 1396 | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 12 OUTRAS INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS | | | | | | | | | | |
| 1397 | 1398 | 1399 | 1400 | 1401 | 1402 | 1403 | 1404 | 1405 | 1406 | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 13 COMÉRCIO ELECTRÓNICO | | | | | | | | | | |
| Dispõe de presença na Internet? SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> | | | | | Transmissões | | | | | |
| | | | | | Aquisições | | | | | |
| | | | | | 1412 | | | | | |
| 14 MAIS - VALIAS: REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO | | | | | | | | | | |
| Valor de realização do exercício | | Ano | | Reinvestimento | | Valor | | Saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias | | |
| Imobilizações Corpóreas | | 1405 | | N | | 1407 | | 1409 | | |
| Partes de Capital | | 1406 | | N - 1 | | 1408 | | 1411 | | |
| 15 PARECER DO ROC | | | | | | | | | | |
| Foi emitido parecer por ROC/ROC? SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Se respondeu SIM, indique: | | | | | | | | | | |
| N.º de Identificação Fiscal do ROC/ROC nomeado: <input type="text"/> | | | | | | | | | | |
| 16 APLICAÇÃO DOS RESULTADOS | | | | | | | | | | |
| 1 | Resultados transferidos | 1501 | - | - | - | | | | | |
| 2 | Resultados atribuídos/lucros disponíveis | 1502 | - | - | - | | | | | |
| 3 | Percentagens ou gratificações devidas pelo exercício da administração | 1503 | - | - | - | | | | | |
| 4 | Percentagens ou gratificações atribuídas ao pessoal | 1504 | - | - | - | | | | | |
| 5 | Reservas | 1505 | - | - | - | | | | | |
| 6 | Cobertura de prejuízos | 1506 | - | - | - | | | | | |
| 7 | | 1507 | - | - | - | | | | | |
| 8 | SALDO (1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7) | 1508 | - | - | - | | | | | |

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 19 de Março de 2007. — O Secretário-Geral, José M. Sousa Rego.